ESCOLA: ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA A INCLUSÃO

ELIANA NUCIATELLI PINTO DE MELLO

RESUMO
O mundo passa por inúmeras transformações e no âmbito educacional não é diferente, a escola mudou e a sua postura frente a inclusão deve ser uma mudança constante e real. O objetivo é promover um debate caloroso, tendo a educação inclusiva como tema reflexivo em todas as esferas da sociedade, entendendo que incluir alunos público-alvo da educação inclusiva na rede de ensino regular deve prioridade nas políticas públicas de educação dentro da sociedade. A inclusão deve ser prioridade na educação escolar, refletindo que todo aluno independente de suas limitações apresenta condições efetivas de aprendizagem e deve ser valorizado no desenvolvimento de suas potencialidades. Nesse sentido, o presente estudo busca discutir sobre o processo de inclusão na escola regular, numa tentativa de propor uns diferentes conhecimentos sobre a fundamentação da inclusão no Brasil, intencionando a reflexão sobre o direcionamento da escola na condução de mudanças positivas na inclusão escolar. Logo, é possível compreender a rotina diária da escola, bem como o relevante papel do professor no processo ensino-aprendizagem tendo a prática escolar na condução do seu papel, criando adequações curriculares que contemple trabalhar as habilidades e as individualidades do aluno em seu processo de escolaridade.

Palavras-Chave: Inclusão; Ensino Regular; Necessidades Educacionais Especiais; Escola

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva deve ser um referencial na educação do Brasil, fazendo parte como modalidade da educação básica, cuja finalidade é promover e garantir o direito a educação com equidade, priorizando diferentes oportunidades de aprendizagens e valorização das diferenças humanas.
Na pesquisa em evidência apresenta uma metodologia de cunho qualitativo, como referencial bibliográfico e no objetivo permitir aos professores e profissionais da rede de educação rever sua prática pedagógica fazendo adequações necessárias ao público-alvo da educação especial presente no ensino regular. O estudo deve ampliar a discussão sobre o tema, proporcionando uma visão geral dos investimentos em políticas públicas na educação especial e do ensino público, bem como garantir e contribuir de forma significativa no contexto educacional. Torna-se fundamental compreender o processo de escolarização de crianças com necessidades especiais, implementando e ressignificando o cotidiano da vida escolar que muitas das vezes de forma excludente tem desvalorizado o processo escolar que dificulta a inclusão escolar, sendo assim é importante ressaltar as condições efetivas de aprendizagens e desenvolvimento das capacidades diversas do estudante.

É função da escola pública promover a garantia do direito a matrícula a toda criança em idade escolar, independentemente de suas diferenças física e cognitivas. Um grande desafio mesmo no contexto atual não é a garantia, mais a perseverança do ato de incluir, garantindo os efetivos direitos dos alunos com necessidades educacionais especializadas.
Apresenta-se um trabalho que deve ser composto de quatro momentos: o primeiro tratará a contextualização da inclusão no seu percurso histórico; no segundo será discorrido sobre a função da escola e o papel do professor frente à inclusão. Em terceiro a relação professor e aluno e as adequações curriculares bem como a mudança na prática pedagógica como ferramenta principal na efetivação da inclusão escolar. E por último a reflexão sobre a prática inclusiva no cotidiano da sala de aula.

DESENVOLVIMENTO

EDUCACÃO ESPECIAL NO BRASIL

A inclusão no mundo deixa um legado de lutas, sonhos e até mesmo sofrimento humano a favor da inclusão social. No passado os deficientes não tinham importância no con-

texto histórico social, numa era feudalista as classes de trabalhadores eram responsáveis pelo trabalho braçal.
Os deficientes mentais viviam as margens da sociedade, uma vez que não tinham forças para o trabalho e pouco intelecto para realizações acadêmicas e a vida humana era medida pelas suas posses e a sua força braçal.
Com o crescimento religioso a igreja preconiza o perfeito como santo e a deficiência passam a ser vista como obra do pecado. Neste período a sociedade sofre forte influência do Clero que tinha o domínio do conhecimento e da alma do ser humano.
No Brasil, a educação especial toma formato em meados dos anos de 1859, no período imperial, criando o Instituto dos meninos Cegos idealizado sobre forte influência de Dom Pedro II, neste período sendo criado o Instituto Imperial, Dr. Sigaud. O modelo educacional e institucional veio da França. Foi neste período histórico que os deficientes mentais começaram a receber tratamento no hospital psiquiátrico.
Quando o modelo psiquiátrico começa a ganhar espaço no território brasileiro, as famílias encontram de fato um lugar ideal para esconder seus filhos da sociedade dos fortes e perfeitos. No primeiro momento este espaço era apenas para trancafiar e medicar os portadores de deficiências.
Aproximadamente no século XX o modelo de segregação de pessoas com deficiências começa a desmoronar, sendo fortemente combatidos por grupos que defendiam os direitos humanos. Assim as instituições tomam outros formatos e passam a tratar seus pacientes com humanização dando condições para eles serem reinseridos na sociedade.
Quem descreve bem este momento histórico é Bueno (1999, p.8):
tinha como pressuposto que o problema residia nas características das crianças excepcionais, na medida em que centrava toda sua argumentação na perspectiva detecção mais precisa dessas características e no estabelecimento de critérios baseados nessa detecção para a incorporação ou não pelo ensino regular, expresso na afirmação – sempre que suas condições pessoais permitirem.

Com a Proclamação da República houve grandes mudanças no cenário político e na vida social dos brasileiros, uma das grandes iniciativas das políticas públicas foi atribuir o deficiente mental no contexto da saúde pública, surgindo assim, por esforço público e iniciativa privada várias instituições para cuidar do doente mental. Muitas instituições surgiram no formato filantrópico e assistencialista.
Outras instituições de formato religioso continuavam exercendo forte participação no cuidado humanitário. Mas ainda neste período as deficiências estavam centralizadas no âmbito da saúde sem ligação com a educação, somente a psicologia ganhou espaço neste momento social.

O surgimento das primeiras entidades privadas marca mais um fator preponderante na história de nosso país: a filantropia e o assistencialismo. Estes dois fatores colocam as instituições privadas em destaque no decorrer da história da educação especial brasileira, uma vez que o número de atendimentos realizados por elas era muito superior ao realizado pelas públicas, e, por essa razão tinham certo poder no momento de discutir as políticas públicas junto a instâncias governamentais. (Bueno ,1939, p.90):

No segundo momento surge o divisor de águas, antes da Proclamação da República as pessoas com deficiência viviam apenas para o serviço braçal excluído de todo serviço social, após o grande movimento das políticas públicas e o desenvolver da escola nova veio à tona a escolarização e a educação de todos. A sociedade passa a conceber o deficiente como sujeito e os direitos humanos ganham poder neste espaço do Brasil.
As criações de leis foram de suma importância no fortalecimento dos direitos humanos, a principal delas é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024/1961. A LDB veio promulgar os direitos dos “excepcionais”, essa lei veio garantir que todo deficiente receberia dos poderes públicos tratamento especial e investimentos dos poderes

públicos.

Na escolarização da população, a sociedade passa a conceber o deficiente como um indivíduo que, devido suas limitações, não podia conviver nos mesmos espaços sociais que os normais – deveria, portanto, estudar em locais separados e, só seriam aceitos na sociedade aqueles que conseguissem agir o mais próximo da normalidade possível, sendo capazes de exercer as mesmas funções. Marca este momento o desenvolvimento da psicologia voltada para a educação, o surgimento das instituições privadas e das classes especiais. (BATISTA, 2006, p.34)

A Lei maior a Constituição Federal de 1988, tendo como objetivo maior a promoção dos direitos de todos os brasileiros, prevendo direitos iguais para todos sem importar origem, raça, sexo, cor, idade, dentre outros direitos supremos.
No art. art. 3º, inciso IV, define a educação como:

A educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado.

A Constituição Federal que prevê apoio as pessoas portadoras de deficiência munindo-os seus direitos de terem educação gratuita especial em rede publica, não importando suas limitações físicas e mentais. A Educação Especial também tem um espaço reservado na presente lei, sendo retratada como uma das modalidades de ensino escolar em consonância com as diretrizes de ensino:
A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (Revista Inclusão, p. 15).

Resumindo, a Política nacional de educação especial imbuída da educação Inclusiva, define a educação especial como modalidade substitutiva á escolarização e orienta o processo de ensino e inclusão de crianças especial no ensino regular.
Ressaltar o movimento mundial pela educação inclusiva como ação política, cultural, social e educacional valorizando os direitos integrais de todo ser humano. Quem reitera os princípios da educação inclusiva – CONEB/2008, CONAE/2010 e CONAE/2014, que no documento final salientam:

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2008).

A Constituição Federal de 1988 garante o acesso ao ensino fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção, e deixa claro que a criança com necessidade educacional especial deve receber atendimento especializado complementar, de preferência dentro da escola.
A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional de 1996 consolidou-se promovendo reforço a inclusão brasileira, que estabelece os direitos de todos os cidadãos a educação de qualidade e proíbem qualquer tipo de diferenciação, de exclusão ou de restrição baseadas na deficiência das pessoas.
A inclusão acontece e vai de encontro às leis

que protegem os alunos com necessidades especiais, sua meta é desmanchar a fria sociedade exclusiva. Em consonância com a LDB, Mazotta (1998), em seus estudos prevê uma educação inclusiva: "todas as crianças de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a ela deva ser dada a oportunidade de obter e manter nível aceitado de conhecimento" (Mazotta, 1998, p.15).
A inclusão é série precisa ser valorizada, sendo prioridade em toda escola e sociedade.
De acordo portaria do MEC:

A garantia de acesso e permanência com sucesso nas escolas comuns regulares significa um patamar imprescindível de cidadania para pessoas com deficiência, na opinião de especialistas. A sua inclusão nos ambientes comuns de aprendizagem, oferecendo todas as condições de acessibilidade, possibilita o preparo para a inserção nos espaços sociais, incluindo o mercado de trabalho. "A inclusão é extremamente favorável à eliminação de posturas excludentes, pois a partir da convivência na heterogeneidade, as crianças aprendem, desde cedo, a não discriminar". Estudos comprovam o desenvolvimento de práticas colaborativas e valores como a solidariedade e o respeito à diferença. (Alves, 2006):

Através de políticas públicas, o governo não só promove a educação especial no ensino regular, como fornece recursos como o atendimento educacional especializado através de implantação de salas recursos, onde os alunos com necessidades educacionais especiais recebem no contra-turno da escolarização atendimento educacional planejado de forma individual de acordo as necessidades do aluno.
No entanto é preciso lembrar que não adianta fazer-se valer da lei para impor nas escolas os alunos com diversas deficientes, mas sem capacitar os profissionais da educação para estarem aptos a trabalhar com crianças portadoras de deficientes, bem como propiciar a eles os recursos e instrumentos necessários para que de fato a inclusão funcione e o aprendizado flua nos corredores escolares.
A Declaração de Salamanca (1994) é um documento que oficialmente põe a educação especial no topo das políticas públicas mundial, traduzindo de fato os direitos de igualdades de todas as pessoas, não importando as habilidades e necessidades individuais de cada. Segundo este documento (1994, p.1, 2), que define que toda escola de ensino regular adote o modelo inclusivo de ensino, que vem consolidar uma educação de qualidade para todos.
A Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1996 incorpora a Declaração de Salamanca, conferindo a ela real poder sobre a inclusão em território brasileiro, prevendo a oferta de educação na rede regular. Com a proposta deste documento a escola passa a ser um lugar de estudo para todos. Anteriormente as crianças que possuíam necessidades especiais não tinham acesso à escolarização e eram excluídos da sociedade sendo usurpados dos seus direitos.
A escola no passado era primazia de cidadãos normais, sadios e inteligentes, a escola deixa então de ser uma ferramenta intelectual e meramente acadêmica e busca ser uma escola para a vida um universo também social.
O documento ganhou vida e formato na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha no ano de 1994, tendo como objetivo principal formular as políticas voltadas para educação.
Todo movimento mundial em prol da inclusão era para preservar os direitos das crianças. A Declaração de Salamanca veio inovar e colaborar com a educação especial colocando em prática as garantias de inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais e o seu direito a aprendizagem.
Um dos propósitos e implicações da escola inclusiva é reconhecer as diversas necessidades de seus alunos, assegurando a todos o direito de conviver em suas diferenças. Pozzoli (2005, p.34), acredita em uma educação centrada no aluno e acredita que um modelo educacional não serve para todos, mas que a escola deve se adequar para atender as necessidades e peculiaridades de cada aluno.

A educação especial, segundo o texto de Salamanca, além de incorporar os diversos princípios de uma forte pedagogia [...] assu-

me que as diferenças humanas são normais e procura se adaptar às necessidades da criança e do jovem, em vez de adaptá-los às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem [...] o texto ressalta, ainda, que escolas centradas na criança, são a base do treino para uma sociedade centrada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos, razão pela qual uma mudança de perspectiva social é imperativa [...].

O DESAFIO DA ESCOLA INCLUSIVA

Em consonância com a Declaração de Salamanca e As Diretrizes de Leis e Bases da Educação o presente desafio é a estruturação da escola inclusiva, tendo como princípio fundamental que as crianças se socializem e aprendem embora de forma diferenciadas, mas juntas, independentes de suas diferenças físicas, sociais e emocionais. Carneiro (2005, p.16):

[..] diante da inclusão, o desafio da escola comum/especial é o de tornar claro o papel de cada uma, pois a educação para todos, não nega nenhuma delas. Se os compromissos educacionais dessas não são sobrepostos nem substituíveis, cabe a escola especial.

Nas perspectivas da Declaração de Salamanca é preciso manter a escola comum atuando na inclusão e possibilitando o saber particular e a construção do saber universal, tendo como objetivo, oferecer a todas as crianças, direitos iguais que se concentrem em uma pedagogia capaz de educar para a vida e as vivências em sociedade.

O movimento hoje é pela vida, pela inclusão escolar. Para construir uma escola de qualidade e inclusiva torna-se necessário abrir as portas das escolas para a diversidade, provocando mudanças no modo de pensar, agir e de ensinar, especialmente na formação continuada do professor, que se torne habilitado para trabalhar no contexto de inclusão.

Sobre a escola inclusiva, Santos (2002, p.114) revela que:

A escola inclusiva é o ambiente ideal para que sejam feitas reflexões sobre as desigualdades, pois ela é co-responsável na promoção de uma sociedade democrática e inclusiva, [...] há que se reformular (como sempre foi necessário) nossas posturas, nossas concepções, e algumas possíveis formas como nos organizamos para "receber" a todos. Na verdade, cabe mesmo questionar se temos, de fato, nos organizado. Referimo-nos à várias formas de organização.

A FAMÍLIA NA PROPOSTA DA ESCOLA INCLUSIVA

Sobre o papel da família na escola inclusiva é de suma importância e relevante a sua participação na formação do aluno, o trabalho de inclusão é um processo coletivo onde todos assumam o seu papel. Uma das maiores dificuldades da escola e da família é acreditar que uma não depende da outra no processo de educação do aluno, é preciso que todos participem da educação integral da criança que possui diferentes potencialidades.

Santos (2006, p.05) sobre a relação escola e família, diz:

No que cabe às relações entre família e escola, torna-se imperativo assumir um compromisso com a reciprocidade. De um lado, a família, com sua vivência e sabedoria prática a respeito de seus filhos. De outro, a escola com sua convivência e sabedoria não menos prática a respeito de seus alunos.

A família é a primeira base educadora de uma criança não importando as limitações dela, acreditar na capacidade e potencial de cada uma. Assim escola e família são parceiras na formação e educação de seus filhos.

A escola inclusiva em parceria com a família busca criar um ambiente de vivências sociais entre crianças, a escola busca valorizar o aluno em suas potencialidades, acreditando que todos são capazes de produzir conhecimento. A segregação é a falsa ilusão de educação, a inclusão ao contrário permite que todos vivenciem suas experiências na ralação com o outro.

Werneck (2000, p.55), discorrendo sobre o convívio inclusivo, "Quanto mais à criança interage espontaneamente com situações diferenciadas, mais ela adquirirá o genuíno conhecimento, fica fácil entender que a segregação não é prejudicial apenas para o aluno com deficiência, a segregação prejudi-

ca a todos".
No processo de inclusão escolar existe uma barreira entre escola e família que deve ser superado pelas vivências em conjunto, de um lado os pais devem permitir que seus filhos com necessidades especiais sejam preparados para autonomia e independência, valorizando os aspectos sociais sobre os acadêmicos, do outro lado, a escola deve valorizar as múltiplas inteligências, permitindo que no processo de inclusão escolar os alunos se ajudem mutuamente.
A escola inclusiva no processo escolar busca a participação de todos os envolvidos no processo escolar e a prática escolar deve ser revista e consolidada com as necessidades especiais dos alunos com necessidades especiais diferenciadas.
A presença da família na escola é essencial, pois na educação inclusiva essa parceria fortalece os vínculos positivos do aluno como seu modelo de aprendizagem. A família é mediadora e ativadora no processo de ensino-aprendizagem.
O primeiro espaço social de todo ser humano é a sua família, neste ambiente a criança sente-se segura e os primeiros valores são absorvidos. Os pais precisam estar conscientes e mobilizados no aprendizado do filho entendendo e esperando o tempo e o ritmo de cada um.

A escola precisa de apoio familiar para que a inclusão tenha um resultado positivo. Muitas famílias para amenizar sua culpa de falta de tempo na educação de seus filhos de um modo geral, especialmente com filho com deficiência, adicionam a criação dos filhos a inúmeros programas e aulas especializadas.

A família ao receber uma criança com deficiência deve oferecer a mesma um ambiente estável e amoroso, quando isso não acontece se torna mais difícil para o desenvolvido dessa criança, pois, a família precisa aceitar e procurar ajuda para um melhor desenvolvimento do portador de deficiência (Rapoli, 2010, p.45)

O ambiente familiar é o primeiro espaço de inclusão, se os pais não aceitam as limitações dos filhos com necessidades especiais, vai concentrar na escola suas responsabilidades, acreditando que toda inclusão deve ser no formato escolar. O primeiro agente socializador dos filhos é os pais, que tiram parte do seu tempo para levá-los em lugares onde a socialização acontece, como por exemplo, festas de aniversários, igreja, parques de diversão, shopping etc.

Os Ministérios da Educação e as escolas não devem ser os únicos a perseguir o objetivo de dispensar o ensino a crianças com necessidades educacionais especiais. Isso exige também a cooperação das famílias e a mobilização da comunidade (...) E continua, no artigo 61: Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e de apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola (...) e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos. (Declaração de Salamanca. 1994, art: 58)

A relação da família e a escola têm sido caracterizado pelos laços de disputa e autoridade, num ponto a escola no outro a família que muitas das vezes buscam os interesses de seus filhos medindo força com a escola, não é remando contra, mas sim a favor do desenvolvimento social e intelectual da criança com necessidades especiais.
Quando a educação traz à tona o paradigma da inclusão, a escola teve que se adequar as novas mudanças, reavaliando seu papel de produtora do conhecimento para condutora do aprendizado, promovendo uma ação conjunta com a família para que de fato a inclusão aconteça.
Portanto a escola, por sua vez, precisa estar em sintonia com a família, abrindo as portas nesta junção, não alimentando uma relação de autoritarismo, numa guerra de domínio, mas ampliando seu espaço democrático e dividindo o ato de educar a criança numa relação recíproca com a família, respeitando o processo educativo de cada aluno.

CONCLUSÃO

Ao longo dos anos a escola vem se adequando a nova realidade a que se propõe, o de educar para vida e garantir a educação para

todos, promovendo aos alunos da educação especial oportunidades de inclusão escolar.

As escolas inclusivas devem ser consideradas como espaço de oportunidades e de respeito as diferenças, sabendo que nenhuma criança é igual à outra, cada uma tem seu ritmo próprio, seu tempo de aprendizagem. Incluir não é apenas promover a integração é permitir que as crianças aprendam juntas em suas diferenças, em metodologias que oportunizem os alunos a viverem experiências de aprendizagens. (Stainback, 1997)

A proposta desse trabalho é conhecer a educação especial em sua caminhada ao longo dos tempos, possibilitando reflexões que venha romper barreiras e promover múltiplas formas de aprendizagens.

Por conseguinte, compreende-se que existem inúmeros obstáculos para que a inclusão seja real e saía do papel criando um movimento a favor contínuo e todos se envolverem, como família, escola e sociedade que devem juntos a cada dia, levantar a bandeira da inclusão dentro e fora do contexto escolar.

A apreciação dessa pesquisa torna-se essencial a estudo de várias instâncias da sociedade, tendo como público alvo, alunos, pais, profissionais da educação, da saúde e todos quanto possa interessar em compreender e refletir sobre o processo histórico da inclusão em nosso pais, bem como a consolidação e a garantia de uma escola inclusiva no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão Social e Municipalização. In: Eduardo José Manzini (Org.). Educação Especial: temas atuais. 1ª Edição. Marília: Unesp Marília Publicações, p. 1- 10, 2000.

. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. In: Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, nº 21, 2001.

ASSIS, Olney Queiroz; POZZOLI, Lafayette. Pessoa portadora de deficiência: direitos e garantias. 2. ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005. 520 p.

BATISTA, Cristina A. Mota. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília, MEC/ SEF/SEESP, 1998.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) Lei de Diretrizes e Bases da Educação: lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BUENO, José Geraldo Silveira. Educação Especial Brasileira: integração / segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba. Editora UNIMEP, v 3 nº 5, p 7 – 25, 1999.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 215 p.

. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular: possibilidades e limitações. Brasília: Instituto Interdisciplinar de Brasília, 2005. 228 p.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

GUHUR, M. de Lourdes Perioto. A representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. In: Revista Brasileira de Educação Especial. v. I, nº 2, 1994.

JANNUZZI, Gilberta. A luta pela educação do "deficiente mental" no Brasil. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

. Por uma Lei de Diretrizes e Bases que propicie a Educação Escolar aos Intitulados Deficientes Mentais. Cadernos CEDES, São Paulo, nº 23, 1989.

LAJONQUIÉRE, Leandro de. Infância e Ilusão (Psico) Pedagógica: Escritos de Psicanálise e Educação. 3ª Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

KUPFER, Maria Cristina M.; PETRI, Renata. Por que ensinar a quem não aprende? In: Estilos da Clínica. Revista sobre a infância com problemas. USP. Vol. V, nº 9, p.109- 117,2000.